



Revista de Sociologia e Política

ISSN: 0104-4478

EditoriaRSP@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Brasil

Candeias, Pedro

Product of the Environment: efeitos deinteração entre preditores contextuais e individuais
de intolerância social na Europa

Revista de Sociologia e Política, vol. 24, núm. 57, marzo, 2016, pp. 93-111
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23844657006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Pedro Candeias

Resumo

O artigo analisa indicadores de intolerância social na Europa. O objetivo é testar efeitos de moderação entre preditores individuais e contextuais num modelo de regressão para indicadores de intolerância social. O material empírico consiste nos resultados da vaga de 2008 do *European Value Studies*. As hipóteses foram testadas com recurso ao software HLM. Confirmou-se a existência de dois efeitos de moderação: (i) entre o sentimento de ameaça e a dimensão do *habitat* e (ii) entre a longevidade e o suporte à democracia. Embora o tema da tolerância social já tenha sido vastamente estudado, são poucos os trabalhos que estudam esse fenômeno numa análise multinível, e menor ainda os que testam efeitos de moderação. Sugere-se a procura por novos efeitos de moderação na explicação da intolerância social.

PALAVRAS-CHAVE: intolerância social; análise multivariável; minorias étnicas; valores sociais; atitudes sociais.

Recebido em 2 de Junho de 2014. Aceito em 14 de Novembro de 2014.

I. Introdução²

¹ A expressão *product of the environment* é referência a uma música do grupo norte-americano de hip-hop 3rd Bass, com o mesmo título, editada no álbum "The Cactus Album", de 1989. A alusão remete para a importância das variáveis contextuais ou do ambiente em que os sujeitos se encontram inseridos.

² O artigo resulta de parte de uma dissertação de mestrado em Sociologia defendida no Instituto Universitário de Lisboa, em 2012. O autor agradece o acompanhamento que teve durante a redação da mesma por parte dos seus orientadores: Círcero Roberto Pereira e José Manuel Leite Viegas. Agradece também aos comentários dos dois revisores anônimos, que melhoraram o manuscrito original.

Os estudos empíricos sobre a tolerância, definida aqui como uma predisposição para aceitar, numa esfera social próxima, alguns grupos socialmente marginalizados, não são uma novidade nas Ciências Sociais, tendo seu início nos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial. Inicialmente, esses trabalhos trataram da tolerância política em face de grupos associados à esquerda do espectro político, sendo o trabalho de Stouffer (1955) considerado o primeiro trabalho de grande porte sobre o tema. Posteriormente, a análise complexificou-se, sendo estudada tanto tolerância política como tolerância social, e passando a ser abrangidas tanto minorias políticas como grupos socialmente marginalizados.

No que concerne os grupos-alvo, os estudos sobre a tolerância têm vindo analisar quer medidas gerais de tolerância, quer medidas dirigidas a grupos específicos. No que se refere a estudos que utilizam medidas de tolerância geral podem ser dados como exemplos os trabalhos de Sullivan *et al.* (1981), Roberts, Walsh e Sullivan (1985), Bobo e Licari (1989) ou Wilcox e Jelen (1990). No que diz respeito aos estudos dedicados à tolerância em face de grupos específicos, estes vêm sendo dirigidos a minorias ideológicas como o Klu Klux Klan (Gibson 1987), comunistas (Mueller 1988), fascistas (Duch & Gibson 1992); ou a grupos percebidos como etnicamente diferenciados (Kunovich & Hodson 1999). Mais recentemente, as pesquisas têm incidido também em minorias sexuais (Adamczyk & Pitt 2009; Heinze & Horn 2009; Hooghe *et al.*, 2010) e religiosas (Merino 2010; Noll, Poppe & Verkuyten 2010). Nos estudos sobre a tolerância em face de grupos específicos, tem-se observado uma maior abrangência dos grupos analisados. De uma abordagem centrada em minorias ideo-

lógicas, os trabalhos mais recentes passaram a abarcar grupos associados a estilos de vida alternativos, como o caso dos homossexuais.

Este artigo pretende testar o efeito de interação (Baron & Kenny 1986) entre preditores de nível individual e contextual para indicadores de intolerância social em face de três grupos-alvo: minorias étnicas, toxicodependentes e outros grupos estigmatizados. Na definição de Baron & Kenny (*idem*), um *moderador* é uma variável que afeta a direção e/ou força da relação entre um preditor e uma variável critério. Neste artigo, interessa explorar a possibilidade de variáveis contextuais afetarem a relação entre duas variáveis de nível individual. Mais concretamente, intenta-se explorar, em primeiro lugar, o impacto do sentimento de ameaça na relação entre a dimensão do *habitat* e a intolerância; em segundo, o impacto da longevidade da democracia na relação entre o suporte à democracia e a intolerância. Para cumprir esses objetivos, recorre-se à vaga de 2008 do *European Value Studies* (EVS) para as variáveis individuais. Os dados contextuais provêm do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA) e da *Freedom House*.

O artigo é relevante uma vez que são ainda poucos os trabalhos que testaram indicadores de tolerância em modelos multinível. São conhecidos modelos multinível de preditores para a tolerância política (Peffley & Rohrschneider 2003) e para a tolerância social em face de homossexuais (Adamczyk & Pitt 2009), além de um trabalho não publicado sobre tolerância social (Peral, Ramos & Pereira 2011). Não conhecemos nenhum trabalho sobre tolerância social em que sejam testados efeitos de moderação.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: a seguir, apresenta-se as duas grandes hipóteses referentes aos quatro preditores que se pretende testar. Na terceira seção, expõe-se as variáveis de controle que foram utilizadas. Na quarta seção explica-se a construção dos indicadores de intolerância social. A seguir, apresenta-se os resultados, contemplando-se as medidas descritivas dos indicadores de intolerância social, a interpretação dos coeficientes de regressão multinível e a análise dos efeitos de moderação estatisticamente significativos. Uma breve conclusão sintetiza os resultados do artigo.

II. Longevidade da democracia e suporte à democracia

II.1. Longevidade da democracia

Uma vez que a tolerância é considerada uma dimensão crucial da democracia (e.g. Gibson 2006; Sniderman 1975, pp.195-198) espera-se que sociedades mais democráticas sejam também mais tolerantes. No entanto, Duch e Gibson (1992, p.261) propuseram uma hipótese alternativa: democracias mais recentes deveriam ser mais tolerantes, no sentido em que a experiência de privação vivida em regimes autoritários ou totalitários implicaria maior valorização da liberdade. No sentido contrário, cidadãos socializados em antigas democracias tomariam a liberdade democrática como adquirida, o que poderia atuar como um *buffer* para a sua atitude. Essa proposta assenta no pressuposto da lei da utilidade marginal aplicada aos valores políticos como na teoria da escassez de Inglehart (1990, pp.68-70) segundo a qual é mais valorizado aquilo que é mais escasso.

Uma explicação alternativa parte do princípio que pessoas que tenham sido socializadas em ambientes não democráticos não tenham interiorizado valores democráticos como os de tolerância. Espera-se assim que, quanto mais longo o período da democracia de um país, maiores os níveis de tolerância dos seus habitantes. No mesmo sentido, quanto mais tempo as liberdades civis estão

disponíveis, mais oportunidades têm os cidadãos de aplicar normas democráticas em relação a oponentes. Isto é, têm maior oportunidade de praticar e observar tolerância (Peffley & Rohrschneider 2003, p.245). Contudo, uma vez que existe uma correlação entre a democratização e o desenvolvimento econômico (e.g. Lipset 1959, pp.75-85; 1981, cap.2), também é argumentado que tal relação entre democratização e tolerância pode ser espúria, uma vez que pode ser confundida pelo nível de desenvolvimento socioeconômico do país. Assim, essa hipótese deve ser controlada com variáveis que quantifiquem o nível de desenvolvimento dos países (Peffley & Rohrschneider 2003, p.245). Em sentido semelhante, Viegas (2004) defende que a longevidade da democracia não é suficiente, sendo necessário conhecer “a qualidade da democracia e os níveis de liberdade política e social” (*idem*, p.106). Assim, na análise da relação entre longevidade da democracia e a tolerância deve ser controlado o efeito do desenvolvimento socioeconômico, bem como a análise deve ser complementada com outros indicadores de democratização.

Para o presente artigo, a longevidade da democracia foi calculada com base nos dados do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA) que disponibiliza informação sobre as eleições que ocorreram desde o fim da II Guerra Mundial. Segundo as advertências de Peffley e Rohrschneider (2003) e de Viegas (2004) previamente enunciadas, foi introduzido um segundo indicador de democratização como variável de controle: o índice de liberdade da *Freedom House*, que conjuga dois outros indicadores criados por essa instituição: direitos políticos e liberdades civis. O índice assume três valores (1 - não livre, 2 - parcialmente livre e 3 - livre).

II.2. Suporte à democracia

Espera-se encontrar uma relação entre o suporte à democracia e tolerância. Uma vez que a tolerância é considerada uma aplicação de princípios democráticos, aqueles que defendem os valores democráticos tenderão a ser mais tolerantes. Contudo, essa relação não deve ser muito forte. Alguns estudos demonstram que nem sempre existe uma elevada concordância entre o suporte a princípios abstratos e a sua aplicação concreta. Resultados de Prothro e Grigg (1960) evidenciaram que seriam poucos os *carriers of the creed*. No mesmo sentido, Sullivan e Transue (1999, p.633) argumentaram que “most ordinary citizens were inconsistent and perhaps even hypocritical”.

Não obstante, essa relação parece variar conforme o processo de democratização do país. Estudos em democracias recentes, como no caso da Rússia, onde existe um elevado suporte à democracia, apresentam reduzidas expressões de tolerância (Gibson 1998b, p.822). A justificação é que, em períodos de democratização o sentimento de ameaça é intensificado (Gibson 1998a, p.42). Tal pode indicar um efeito de moderação (Baron & Kenny 1986), uma vez que a relação entre a tolerância e o suporte à democracia parece ser afetada pela consolidação da mesma.

Para o suporte à democracia foi construído um índice com base nas médias das respostas a uma bateria de questões em escala tipo *Likert* de quatro pontos (1 - suporte mínimo até 4 - suporte máximo) (*Eigenvalue* = 67,88%, α = 0,76).

III. Sentimento de ameaça e *habitat*

III.1. Sentimento de ameaça

Revisões de literatura sobre tolerância (Gibson 2006; Gibson & Gouws 2001; Sullivan & Transue 1999, p.632) apontam a percepção de ameaça como a principal variável na explicação do fenômeno em causa. Uma das perspectivas

existentes distingue analiticamente entre o sentimento de ameaça sociotrópico – quando existe ansiedade geral e um sentimento de ameaça à sociedade; e o sentimento de ameaça pessoal – quando a ameaça é dirigida ao próprio ou à sua família (Davis & Silver 2004). Contudo, essa relação entre o sentimento de ameaça e a intolerância ainda está pouco teorizada, sendo considerado por Gibson (2006) um dos enigmas da intolerância. Nesse sentido, mobilizam-se algumas teorias, na tentativa de explicar parcialmente esta relação.

1) Na teoria de Blumer (1958) sobre o preconceito racial, uma das quatro características básicas do preconceito consiste no “fear and suspicion that the subordinate race harbors designs on the prerogatives of the dominant race” (*idem*, p.4). Blumer considera que para se gerar preconceitos negativos é essencial o medo de que o grupo percebido como diferente é uma ameaça ou pode tornar-se uma ameaça ao grupo dominante.

2) Para Rokeach (1960), o sentimento de ameaça causa ansiedade, que por sua vez gera dogmatismo, estando este dogmatismo associado à intolerância. Na perspectiva de Rokeach, a insegurança é uma característica do mundo moderno, que obriga o desenvolvimento de mecanismos de defesa.

3) Na teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1970, p.39), a segurança, a proteção, a ausência de medo e a ansiedade prevalecem em face de outras necessidades. Apenas quando estes componentes estão assegurados é que é possível ao indivíduo satisfazer necessidades como as de autoatualização (entre outras com menor relevância para o caso). Ou seja, o sentimento de ameaça inibe a motivação para a autoatualização (*idem*, p.114). Foi com base na teoria de Maslow que Inglehart (1990, pp.68-70) desenvolveu a hipótese da escassez, que se assenta na existência de uma hierarquia de prioridades, sendo que na base das prioridades estão as necessidades materiais (de 1^a ordem), que remetem à manutenção da existência e o bem-estar físico (ausência de fome, sentimento de segurança subjetivo). Apenas quando essas necessidades se encontram asseguradas, o indivíduo pode preocupar-se com necessidades de 2^a ordem. A importância do sentimento de segurança *versus* sentimento de ameaça continua patente em trabalhos mais recentes de Inglehart, onde o autor argumenta que “when survival is insecure, it tends to dominate people’s life strategies” (Inglehart & Welzel 2010, p.553). As necessidades de 1^a ordem caracterizam os indivíduos com prioridades valorativas materialistas, enquanto as necessidades de 2^a ordem estão presentes nos indivíduos classificados como pós-materialistas. A mudança de valores, que acarreta entre outros fenômenos o incremento da tolerância, dá-se em parte em ambientes em que a sobrevivência é dada como adquirida. Resumindo, o sentimento de ameaça pode gerar preconceito, segundo Blumer (1958); autoritarismo segundo Rokeach (1960); e impedir tanto o desenvolvimento de prioridades de auto-atualização na perspectiva de Maslow (1970) como valores pós-materialistas na teoria de Inglehart (1990), todos associados à intolerância.

O sentimento de ameaça, comumente, é operacionalizado em nível individual. Alguns trabalhos remetem à ameaça como resultado da competição no mercado do trabalho (e.g. Côté & Erickson 2009), enquanto outros associam ao perigo de segurança física (e.g. Canetti-Nisim *et al.*, 2009; Gibson & Gouws 2001). Existem estudos que relacionam conservadorismo político, intolerância política e uma *death-related anxiety* quando são analisadas consequências dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (Davis & Silver 2004; Woods 2010; Huddy & Feldman 2011). No entanto, do que é conhecido da pesquisa bibliográfica sobre tolerância política e social, não foi recolhido nenhum estudo que testasse essa hipótese em nível contextual. No entanto, são conhecidos trabalhos em que foram utilizados indicadores de sentimento de ameaça (condições econômicas e proporção de imigrantes) em modelos multinível para o

preconceito racial e atitudes anti-imigração (Quillian 1995). Para o presente artigo, o sentimento de ameaça foi operacionalizado através da taxa de homicídio, que consiste no “número de homicídios intencionais, expresso por 100.000 pessoas. Um homicídio intencional é uma morte ilícita deliberadamente provocada por uma pessoa a outra pessoa” (PNUD 2010, p.235). Inicialmente, o paradigma dominante na criminologia negava a existência de uma relação significativa entre a criminalidade (objetiva) e o sentimento de ameaça/insegurança (subjetivo), considerando-se que o segundo era resultado de uma insegurança ontológica ou de emoções difundidas pela mídia, criadas para fins políticos (Ferreira 2001, p.85). Posteriormente, verificou-se empiricamente a existência de uma forte relação entre o sentimento de insegurança e a probabilidade de vitimização em alguns tipos de crime (*ibidem*). O sentimento de insegurança é construído a partir de experiências individuais, mas sobretudo através de experiências coletivamente partilhadas de vitimização (*idem*, p.86). Assim, considera-se que esse indicador objetivo tenha relação com as percepções subjetivas de ameaça.

III.2. Habitat

No estudo de Stouffer (1955, pp.127-130), o contexto de residência mostrou-se relevante. As pessoas que residiam em zonas urbanas revelaram-se mais tolerantes que aquelas residentes em zonas rurais. Stouffer argumentou que, uma vez que na cidade a diversidade é mais elevada, os cidadãos aprendem a conviver com a heterogeneidade. Também Wilson (1985) verificou uma relação entre a dimensão do *habitat* e a tolerância em face de diversos grupos ideologicamente diferenciados, mesmo controlando o efeito de outros fatores. Esse argumento remete para alguns trabalhos clássicos da Sociologia, sintetizados a seguir. Segundo a teoria da vida mental urbana de Simmel (2009), existe uma diversidade de estímulos na cidade, que implica que o urbanita crie um mecanismo protetor para esses estímulos, uma atitude *blasé*, isto é, uma não reação e indiferença, resultado da incapacidade de lidar com a pluralidade de estímulos. No entanto, também possível que se manifeste em antipatia e distanciamento evasivo (*idem*, p.87). Em parte, a teoria de Simmel inspira-se na distinção de Tönnies (2004) entre sociedade e comunidade, para o qual “a teoria da sociedade constrói um círculo de pessoas que [...] vivem pacificamente lado a lado, estando, no entanto, separados na essência” (*idem*, p.515). Posteriormente, Wirth (1938) considerou as cidades locais de elevada proximidade e contato entre membros de grupos distintos e, simultaneamente, um desconhecimento e fraca intensidade nesse contacto (*idem*, p.12). As cidades eram entendidas como locais de fusão de diferentes culturas, em que a diferença não só seria tolerada, mas até incentivada por ser considerada uma potencialidade (*idem*, p.10). Por outro lado, Wirth (*idem*) também advertiu que, nas cidades, dá-se “the coincidence of close physical contact and distant social relations” (*idem*, p.1). As cidades caracterizavam-se também por se tratarem de contextos de segregação por motivos de raça, língua, rendimento ou *status*, dando-se assim uma elevada concentração geográfica de pessoas com algumas características em comum (*idem*, p.15). Uma perspectiva distinta nas teorias da criminologia defende que as cidades são contextos de insegurança, resultado da elevada incidência de determinados tipos de crime (Vaz 2001).

Resumindo, de acordo com os estudos sobre a tolerância, espera-se que os moradores de cidades sejam mais tolerantes. No entanto, de acordo com a perspectiva da criminologia, deve existir maior sentimento de insegurança nas cidades, o que implica maior intolerância. Ao conjugar ambos os argumentos, é possível que o sentimento de ameaça tenha efeito moderador (Baron & Kenny 1986) na relação entre o *habitat* e a tolerância. Por outras palavras, o efeito do *habitat* deve ser moderado pelo sentimento de ameaça. O nível de urbanização

do local de residência utilizado no modelo de regressão consiste numa escala entre um (menos de 2.000 habitantes) e oito (mais de 500.000 habitantes).

IV. Variáveis de controle

Com base numa revisão de literatura foi efetuado um levantamento das variáveis existentes no EVS em que é conhecida alguma relação teórica ou estatística com indicadores de intolerância. Essas variáveis foram listadas com referência aos estudos que as utilizam. Em nível contextual foi introduzido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Já utilizado por Peffley e Rohrschneider (2003) e por Viegas (2004; 2007; 2010). Segundo as recomendações de ambos os estudos, foi introduzido um indicador adicional de democratização: o índice de liberdade da Freedom House³.

No que respeita as variáveis de controle de nível individual foi introduzido o sexo, baseado nos resultados de Golebiowska (1999) e Sotelo (1999), de Persell, Green e Gurevich (2001) e de Hooghe *et al.* (2010). Foi introduzida a idade como em Sullivan *et al.* (1981), Sullivan, Piereson e Marcus (1982) e em Côté e Erickson (2009). O modelo contempla também a escolaridade, considerada um dos principais fatores explicativos da intolerância nos trabalhos iniciais sobre o tema (Stouffer 1955; Sullivan *et al.*, 1981; Bobo & Licari 1989), pese embora um longo rol de críticas a essa relação (*e.g.* Zellman & Sears 1971; Davis 1975; Schuman & Presser 1977)⁴. Foi controlado o efeito da religião (Sullivan *et al.*, 1981; Sullivan, Piereson & Marcus 1982; Jelen & Wilcox 1990; Wilcox & Jelen 1990; Sotelo 1999; 2000)⁵. Foi considerado o efeito da pertença a grupos minoritários (Sullivan, Piereson & Marcus 1982; Gibson 1987) através da naturalidade estrangeira⁶. Por fim, no bloco de variáveis agrupadas na categoria sociodemográficas, considerou-se a classe social, segundo Sullivan, Piereson e Marcus (1982), Svalfors (2005) e Silva, Pérez e Vieira (2008)⁷.

Um segundo bloco de variáveis de controle de nível individual dizem respeito a valores, práticas e atitudes relacionadas com a esfera política. Foi utilizado o indicador de valores materialistas e pós-materialistas de Inglehart (1990), que tem vindo a ser replicado (*e.g.* Freire 2003, p.214)⁸. Diversos trabalhos têm mostrado a importância do auto-posicionamento no eixo esquerda-direita (Freire 2003, p.214; 2006, p.266; Hurwitz & Mondak 2002; Weber 2003; Viegas 2007; Golebiowska 2009), assim, esse indicador foi incluído no modelo⁹. Foi também incluído um indicador de participação, mais concretamente a frequência da discussão de assuntos políticos, como em Sotelo (2000), Viegas (2007) ou Pattie e Johnston (2008)¹⁰. Contemplou-se um indicador de participação política extraeleitoral na senda de estudos semelhantes (Sullivan *et al.*, 1982; Peffley & Rohrschneider 2003; Guérin, Petry & Crête 2004)¹¹. O modelo incluiu também uma medida de patriotismo já utilizado em modelos explicativos do preconceito étnico (Duckitt & Mphuthing 1998; Vala, Lima & Lopes 2003; Vala *et al.*, 2010)¹². Esse bloco de variáveis de controle termina com o suporte ao multiculturalismo, já testado na relação com a tolerância política racial (Noll, Poppe & Verkuyten 2010)¹³.

Uma dimensão referente ao capital social considerou dois indicadores. Um de participação associativa, que seguiu algumas referências (Persell, Green & Gurevich 2001; Cigler & Joslyn 2002; Weber 2003), obstante algumas críticas (Côté & Erickson 2009; Hinckley 2010)¹⁴. Em segundo lugar, uma medida de confiança interpessoal, semelhante à utilizada por Bahry, Boaz e Gordon (1997) e Golebiowska (2009)¹⁵.

Finalmente, foi considerada uma dimensão referente a variáveis de ordem psicossocial. Foram introduzidas três variáveis de controle. Em primeiro lugar um indicador de bem-estar subjetivo, como em Vala e Costa-Lopes (2010)¹⁶.

³ O índice de liberdade da *Freedom House* conjuga dois outros indicadores criados por essa instituição: direitos políticos e liberdades civis. O índice assume três valores (1 - não livre; 2 - parcialmente livre; 3 - livre).

⁴ O grau de escolaridade que consta na base de dados encontra-se uniformizado de acordo com a International Standard Classification of Education (ISCED) da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), variando entre zero e seis (0 - educação pré-escolar; 6 - segunda etapa do Ensino Superior).

⁵ Para a religiosidade, recorreu-se à frequência da prática religiosa que varia entre um e sete sendo que, quanto mais elevado o valor, maior a frequência.

⁶ Esse indicador baseou-se nas respostas à questão “nasceu em [país de aplicação do inquérito]?” considerado assim imigrante quem não nasceu no país de aplicação do inquérito, sendo esta a categoria *dummy*.

⁷ Para a classe social recorreu-se à tipologia ACM (*e.g.* Almeida, Costa & Machado 1988; Machado *et al.*, 2003), na sua versão de três categorias, isolando a categoria

proletariado como *dummy* face à categoria de referência *burguesia* e *pequena burguesia*.

⁸ Os valores materialistas/pós-materialistas foram operacionalizados na versão de três categorias (*e.g.* Inglehart 1990), (1 - materialistas; 2 - mistos; 3 - pós-materialistas).

⁹ O auto-posicionamento no eixo esquerda-direita foi ope-

racionalizado na sua versão de dez pontos (1 - esquerda; 10 - direita).

Em segundo lugar o dogmatismo que commumente surge associado à intolerância (e.g. Rokeach 1960; Sullivan Piereson & Marcus 1982, pp.153-156; Sullivan *et al.*, 1993; Hinckley 2010)¹⁷. E, por fim, o conformismo, já utilizado em estudos como o de Feldman e Stenner (1997) e o de Peffley e Rohrschneider (2003)¹⁸.

V. Variáveis-critério: tolerância em face de grupos alvo específicos

¹⁰ A participação em discussões políticas consiste na resposta à questão “quando está com pessoas amigas, com que frequência discute assuntos políticos: frequentemente, raramente ou nunca?” (1 - nunca; 3 - frequentemente).

¹¹ Para a participação política extraeleitoral, replicou-se o índice construído por Guérin *et al.* (2004), em que, numa bateria de cinco atividades de participação política, os inquiridos respondem se já fizeram (2 pontos), não fizeram mas podem vir a fazer (0,5 ponto) ou não fizeram nem pretendem vir a fazer (0 ponto). O índice corresponde ao somatório dos pontos atribuídos às cinco atividades.

¹² O indicador de patriotismo corresponde à resposta a uma questão sobre o orgulho que o inquirido sente em ser cidadão do país onde reside numa escala de quatro pontos (1 - nenhum orgulho; 4 - muito orgulho).

¹³ O indicador de suporte ao multiculturalismo consiste na resposta a uma questão em escala de dez pontos (1 - suporte pela assimilação; 10 - suporte pelo multiculturalismo).

¹⁴ Para a dimensão associativa foi criado um índice de participação associativa (0 - participação associativa nula; 15 - participação máxima).

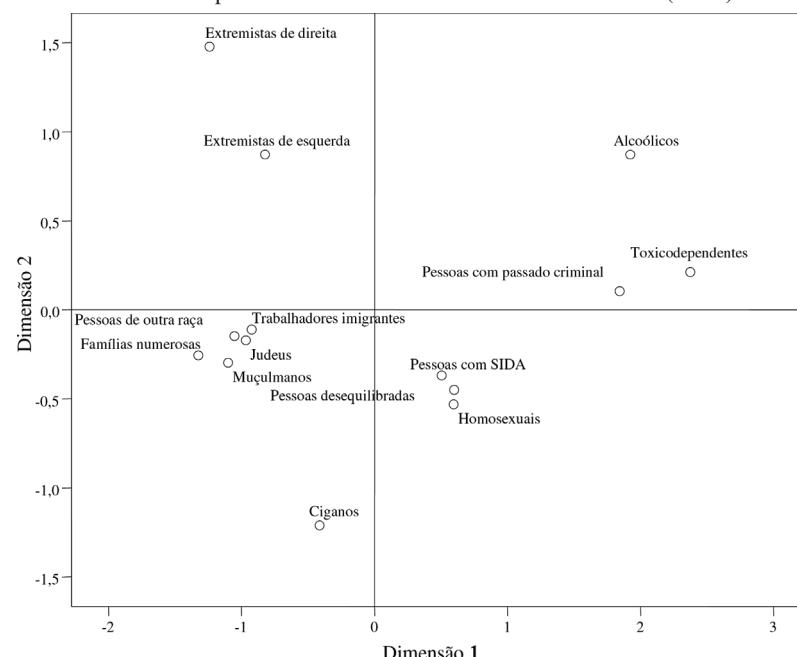
¹⁵ A operacionalização da confiança interpessoal foi baseada em duas variáveis, uma categórica (0 - desconfiança; 1 - confiança) e uma segunda em escala de um a dez no mesmo sentido. Posteriormente, a segunda variável foi uniformizada para variar entre zero e um e foi criado um índice que consiste na média das duas variáveis (r de Pearson = 0,412, $p < 0,01$).

¹⁶ O bem-estar subjetivo foi operacionalizado por meio de duas variáveis, uma escala de quatro pontos (1 - mínimo bem-estar; 4 - máximo bem-estar); e uma escala de

O conceito de tolerância social é operacionalizado por meio das respostas dos participantes a um conjunto de questões inspiradas na escala de distância social desenvolvida por Bogardus (1925; 1926). Especificamente, foram utilizados um conjunto 15 indicadores antecedidos pela seguinte instrução: “dos grupos de pessoas que se apresentam na seguinte lista, diga, por favor, aqueles que não gostaria de ter como vizinhos”. Os grupos contemplados são: pessoas com passado criminal, pessoas de outra raça, extremistas de esquerda, alcoólicos, extremistas de direita, famílias numerosas, pessoas desequilibradas, muçulmanos, trabalhadores imigrantes, pessoas com SIDA, toxicodependentes, homossexuais, judeus, ciganos e cristãos¹⁹. Tendo em conta que essa bateria contempla grupos relativamente distintos, é possível selecionar apenas alguns dos itens, recorrendo quer a critérios teóricos, quer a critérios de ordem metodológica, ou a uma combinação de ambos. Dessa forma, foram criados novos subgrupos mais específicos. A seleção dessas variáveis-critério seguiu três etapas. Numa primeira fase, foi calculada uma análise de escalonamento multidimensional (MDS), seguida de uma análise exploratória de componentes principais (ACP). Posteriormente, a estrutura obtida foi sujeita a um procedimento de validação através de uma série de análises fatoriais confirmatórias.

A análise exploratória de escalonamento multidimensional para dados binários (MDS) (Marôco 2010, cap.12) aplicada à base total do EVS com os 14 itens (conforme Gráfico 1, abaixo) permite visualizar que os dois grupos de extremistas políticos se isolam dos restantes no primeiro quadrante. Na parte direita do plano (valores positivos da dimensão 1) encontram-se posicionados os

Gráfico 1 - Análise exploratória de escalonamento multidimensional (MDS)



Fonte: EVS 2008.

dez pontos no mesmo sentido. Posteriormente a segunda variável foi convertida para variar entre um e quatro e foi criado um índice com a média das duas variáveis (r de *Pearson* = 0,557, $p < 0,01$).

¹⁷ O indicador de dogmatismo baseou-se no utilizado por Hinckley (2010), que corresponde a uma escala de três pontos (1 - dogmatismo máximo; 3 - dogmatismo mínimo).

¹⁸ Para o conformismo recorreu-se ao índice utilizado por Peffley e Rohrschneider (2003, p.254) calculado com base em alguns itens de uma bateria de valores a transmitir às crianças (1 - conformismo mínimo; 2 - conformismo máximo).

¹⁹ Uma vez que o item “cristãos” não foi aplicado em todos os países que participaram no inquérito, optou-se por retirá-lo do índice.

²⁰ Para análises descritivas e testes de equivalência de variáveis latentes os países foram agrupados segundo o critério geográfico das Nações Unidas, isolando-se os países da ex-URSS e os países da Europa do Sul segmentados em Países Mediterrâneos e Balcãs. Os grupos de países são os seguintes: Países Mediterrâneos, Balcãs, Europa Ocidental, Europa do Norte, Europa de Leste, Ex-URSS e Ásia Ocidental.

grupos desviantes e estigmatizados. Na parte esquerda do plano, junto ao eixo horizontal, concentram-se os grupos étnicos e religiosos. O item ciganos posiciona-se no meio destes dois últimos grupos.

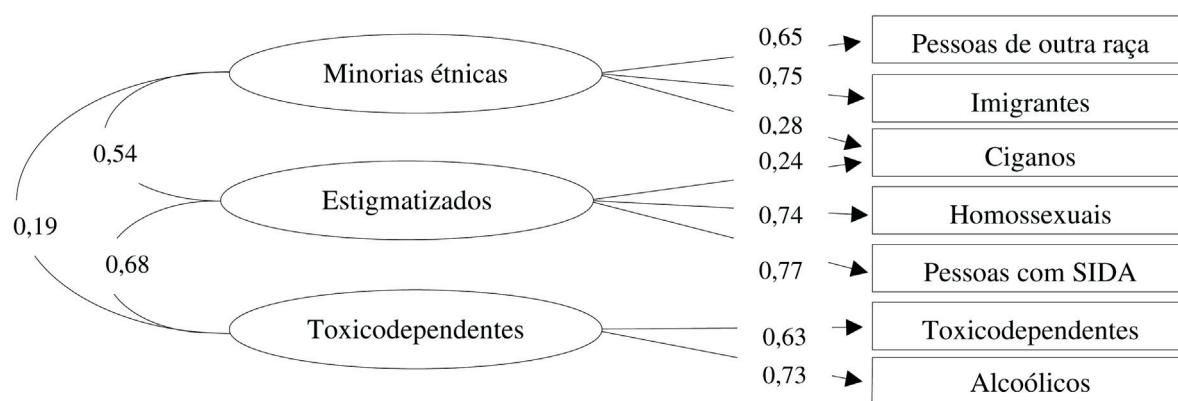
Com base numa análise de componentes principais aplicada à base total (com rotação *Varimax* e seguindo o critério de *Kaiser* para a definição das componentes) foram extraídas três componentes (não apresentadas). Uma primeira componente agrupa maioritariamente grupos étnicos e religiosos (trabalhadores imigrantes, pessoas de outra raça judeus, famílias numerosas, muçulmanos e ciganos), numa segunda, grupos desviantes (toxicodependentes, alcoólicos, pessoas com passado criminal, homossexuais, pessoas com SIDA e pessoas desequilibradas) e uma terceira componente isola as duas categorias de extremistas políticos (extremistas de esquerda e extremistas de direita).

Numa terceira fase a estrutura fatorial obtida através da ACP foi validada através de uma série de análises fatoriais confirmatórias em modelos de equações estruturais (Byrne 2010). O processo decorreu em duas etapas. Primeiramente, com base nos resultados da ACP foram testados diversos modelos até ser obtido um modelo com medidas de ajustamento satisfatórios. Posteriormente, foi testada a equivalência desse modelo nos diversos grupos de países em análise. Os resultados do modelo final podem ser visualizados no Gráfico 2. Esse modelo apresenta boas medidas de ajustamento ($CFI = 0,974$; $AGFI = 0,968$; $RMSEA = 0,062$) e equivalência entre diversos grupos de países²⁰ (CFI entre 0,949 e 0,983; $AGFI$ entre 0,945 e 0,982; $RMSEA$ entre 0,047 e 0,083). Com base nesses resultados foram criados três novos indicadores de intolerância em face desses grupos específicos (Gráfico 2).

Uma primeira variável latente nomeada “minorias étnicas” é composta pelos itens pessoas de outra raça, trabalhadores imigrantes e ciganos. Uma segunda agrupa os seguintes grupos estigmatizados: ciganos, homossexuais e pessoas com SIDA. O terceiro fator é composto por toxicodependentes e alcoólicos.

O grupo dos ciganos, embora comumente considerado uma minoria étnica, foi colocado em *crossloading* no fator dos grupos estigmatizados. Em termos empíricos é visível através da análise de escalonamento multidimensional (Gráfico 1) em que o item “ciganos” se posiciona entre os dois grandes grupos. Também na análise de componentes principais (não apresentada) o item “ciganos” é o que apresenta menor contribuição para a componente das minorias étnicas. Agrupar o item ciganos no fator dos grupos estigmatizados possui

Gráfico 2 - Estrutura factorial da intolerância



Nota: coeficientes estandardizados, base total.

Fonte: EVS 2008.

sustentamento na literatura. Num estudo de opinião dos portugueses em face de imigrantes e ciganos (Silva 2000, pp.93-102), o último grupo é avaliado de forma negativa em diversos aspectos (trabalho, riqueza, cultura e convívio) ao contrário de imigrantes de diversas origens cuja tendência é serem avaliados de forma positiva ou nula. Num estudo sobre as representações sociais de estudantes do Ensino Básico ao Superior em face de ciganos, os termos mais frequentemente associados a esse grupo foram “nômades”, “pobres” e “ladrões” (Faísca & Jesuíno 2006, p.96) embora o termo “nômade” possa estar mais associado a uma característica cultural; “pobres” remete para uma situação estigmatizada e “ladrões” a um comportamento desviante. Num estudo de área sobre representações em face de ciganos (Castro *et al.*, 2005, p.47) a tendência também foi para os ciganos serem identificados com traços que não remetem a características culturais, mas desviantes, como “gatunos”, “tradicantes” e “desordeiros”. No mesmo estudo, quando ciganos foram comparados com outros grupos étnicos (indianos e africanos) a avaliação foi mais positiva em face dos hetero-referentes (*idem*). Numa análise de conteúdo aplicada sobre peças jornalísticas sobre ciganos (*idem*, p.46), alguns dos conteúdos temáticos emergentes foram “tráfico, estupefacentes, droga, traficantes, heroína” e “GNR, tiros, homicídio, policial, PSP, detenção”, o que mais uma vez reforça a ideia de que os ciganos são associados a grupos desviantes. Por fim, ressalta-se um estudo sobre as crenças da população portuguesa em face de ciganos, em que a maioria concordou que a existência de ciganos implicaria um aumento da criminalidade e do tráfico de droga (*idem*, p.167). Embora essas análises estejam circunscritas ao território português, pressupõe-se alguma transversalidade em nível europeu.

No que concerne à junção entre toxicodependentes e alcoólicos no mesmo fator, a combinação do consumo de álcool com outras drogas é um das componentes do *polydrug use* (EMCDDA 2009, p.7). Entendendo *polydrug use* como “the misuse of different substances, simultaneously or within a short period of time” (Hakansson, Schlyter & Berglund 2011, p.5), ou “the use of more than one non-prescribed licit or illicit substance either concurrently or simultaneously” (Smith *et al.*, 2011, p.222). Como exemplo empírico, num inquérito a estudantes europeus em que foram identificados três grupos de substâncias consumidas em *polydrug use*, o álcool consta nas três categorias (EMCDDA 2009, p.9).

VI. Resultados e discussão

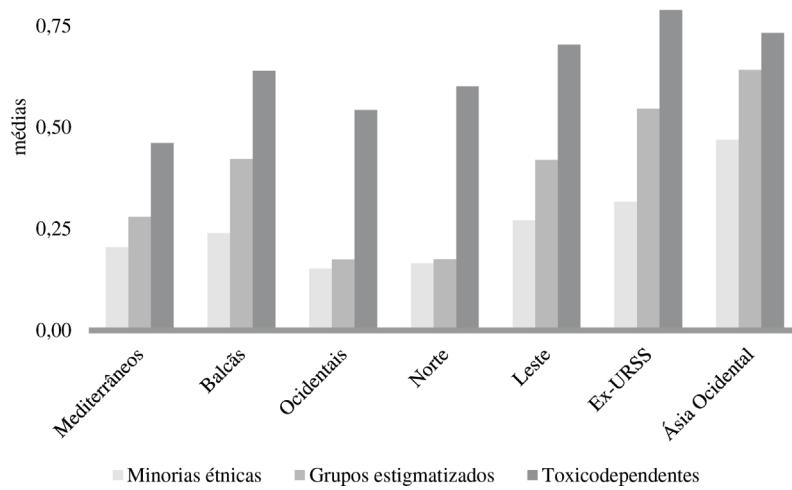
²¹ Irlanda do Norte e Grã-Bertanha foram agregados em Reino Unido; Alemanha Ocidental e Oriental foram agregadas em Alemanha.

A base total do EVS consiste em 67.786 casos e 48 países/territórios. Para a construção da base de dados de nível contextual alguns países foram agregados²¹ e outros foram excluídos por não existirem dados em nível agregado. Devido a especificidades do software HLM, foram excluídos todos os casos que apresentassem algum *missing-value*. A base final de trabalho consistiu em 22.221 casos de nível individual e 35 casos de nível contextual.

No que toca à distribuição da intolerância de acordo com os três grupos-alvo (ver Gráfico 3), uma primeira observação é que existe uma hierarquia nos grupos intolerados transversal às agregações de países, sendo o grupo dos toxicodependentes o que apresenta médias de intolerância mais elevadas, enquanto o grupo das minorias étnicas é o menos intolerado, os grupos estigmatizados situam-se no meio-termo. No entanto, em grupos de países como a Europa Ocidental e a Europa do Norte, a diferença entre as médias de intolerância em face dos grupos estigmatizados e face às minorias é reduzida.

Para verificar as hipóteses realizou-se uma série de modelos de regressão linear multinível com recurso ao software *Hierarchical Linear and Nonlinear Modeling* (HLM) (versão 7). Uma vez que no último modelo são testados

Gráfico 3 - Intolerância em face dos três grupos-alvo por grupos de países
1,00



Nota: para comparação, as médias foram uniformizadas dividindo o índice pelo número de itens que o constituem, variando assim cada uma das novas variáveis entre 0 e 1.
Fonte: EVS 2008.

efeitos de interação todas as variáveis quantitativas foram centradas e as variáveis *dummy* foram recodificadas com *weighted effect coding* (West, Aiken & Krull 1996).

Em primeiro lugar apresentam-se os resultados para as variáveis de controle. A variável sexo foi significativa nos três modelos. Os homens revelaram-se mais tolerantes em face de toxicodependentes, mas mais intolerantes em relação aos restantes grupos-alvo. A idade apenas não se encontrou positivamente correlacionada com a intolerância em face de toxicodependentes. Também a escolaridade provou ser um preditor significativo da intolerância em face dos grupos estigmatizados e às minorias étnicas, embora mais fraco em relação ao último grupo. A religiosidade apenas se verificou positivamente relacionada na intolerância em face de grupos estigmatizados e a toxicodependentes. A pertença a grupos minoritários implicou decréscimos nos indicadores de intolerância em face de minorias étnicas, mas não em relação aos demais grupos-alvo. A pertença às classes populares implicou um decréscimo na intolerância em face de toxicodependentes, ao contrário do que era evidenciado em alguma literatura. O eixo de valores materialistas/pós-materialistas, o autopercepção no eixo esquerda-direita e a participação política extraeleitoral encontraram-se significativamente relacionados com as três variáveis-critério. A intolerância encontra-se mais presente nas orientações materialistas, no auto-posicionamento mais à direita, e em pessoas com menor participação política extraeleitoral. A participação em discussões sobre política não apresentou relações significativas em nenhum dos modelos. O patriotismo não se revelou significativo em nenhum dos modelos. No caso do suporte ao multiculturalismo, verificou-se uma relação significativa com os três grupos-alvo. A relação com a diversidade de participação associativa segue no sentido contrário ao indicado nos modelos das minorias étnicas, nos restantes não foi significativa. No bloco de preditores de ordem psicossocial o bem-estar subjetivo encontrou-se inversamente correlacionado com a intolerância em face dos três grupos-alvo. Já o indicador de dogmatismo apenas não encontrou significância estatística no modelo de intolerância em relação a toxicodependentes. O conformismo teve uma relação positiva e significativa com a intolerância.

Analisando os preditores em nível contextual, o IDH encontrou-se inversamente relacionado com a intolerância em face do item grupos estigmatizados e toxicodependentes. Já o indicador de liberdade dos países não se revelou significativo.

Por fim, foi testado o efeito de interação entre preditores de nível individual e contextual. O produto entre a dimensão do *habitat* de residência e a taxa de homicídio apenas não foi significativo na intolerância em face de toxicodependentes. Já a interação entre a longevidade da democracia e o suporte pela mesma apenas não foi significativa na intolerância em face dos grupos estigmatizados.

Em segundo lugar apresentam-se e interpretam-se as hipóteses levantadas referentes aos quatro principais preditores. A hipótese presente em alguns estudos sobre a tolerância (e.g. Stouffer 1955; Wilson 1985) segundo a qual viver em *habitats* mais urbanizados implica maior tolerância por parte dos seus habitantes apenas se verificou em relação aos grupos estigmatizados. Para a intolerância geral e em face de toxicodependentes, o sentido da relação é inverso, especialmente no que se refere ao último grupo-alvo. Isso pode evidenciar que a urbanização esteja também relacionada com o sentimento de insegurança (Vaz 2001), relação explorada adiante.

No que concerne ao indicador de suporte à democracia, em que se esperava uma relação positiva com a tolerância, observou-se que nos três modelos as relações foram significativas, e até fortes em face de minorias étnicas e grupos estigmatizados ($p < 0,001$). Contudo, na relação com a intolerância diante de toxicodependentes, o sentido foi inverso ao esperado, *i.e.*, maior suporte à democracia implica maior intolerância em face de toxicodependentes, não sendo possível, de momento, avançar uma explicação para essa relação. Embora se sugira a necessidade de avaliar a interação entre esta variável e fatores explicativos contextuais.

No que diz respeito às hipóteses contextuais, o sentimento de ameaça, operacionalizado através da taxa de homicídio, apenas mostrou ser um preditor significativo da intolerância em face dos toxicodependentes. Já a longevidade da democracia, *per si*, não tem relações significativas em nenhum dos grupos-alvo. Relembra-se o argumento de Peffley & Rohrschneider (2003, p.245) para a relação entre a longevidade da democracia e a tolerância política, segundo os quais essa relação poderia ser espúria, devido ao efeito do desenvolvimento socioeconómico estar correlacionado com os indicadores de democratização (Lipset 1959, pp.75-85; 1981, cap.2).

Por fim, analisam-se os dois efeitos de interação testados, entre o sentimento de ameaça e dimensão do *habitat* e entre o suporte e a longevidade da democracia. O produto entre a dimensão do *habitat* de residência e a taxa de homicídio apenas não é significativo na intolerância em face de toxicodependentes. Já a interação entre a longevidade da democracia e o suporte pela mesma apenas é significativa na intolerância em face dos grupos estigmatizados (Tabela 1).

Apresenta-se, a seguir, as representações gráficas e interpretações dos efeitos de interação significativos que permitiram testar a existência dos dois efeitos moderadores (Baron & Kenny 1986). Primeiro, o efeito da ameaça contextual na relação entre a urbanização e a intolerância. Em segundo lugar, o efeito da longevidade da democracia na relação entre o suporte à democracia e a intolerância. Cada gráfico representa a relação entre o preditor e a variável-critério em duas condições contextuais, uma em que o moderador apresenta valores baixos (-1 d.p.), outra em que o moderador apresenta valores elevados (+1 d.p.).

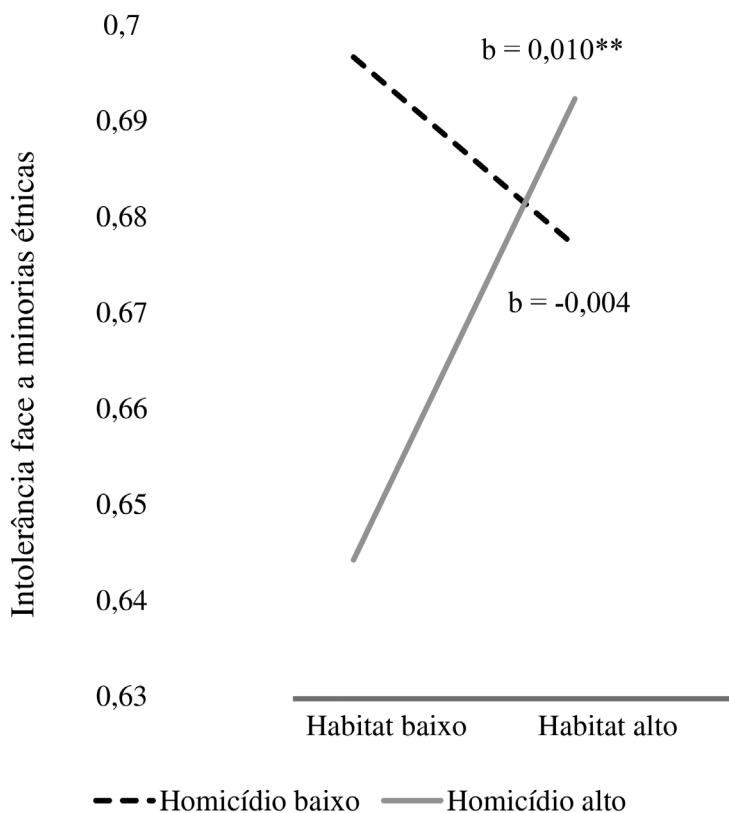
Tabela 1 - Coeficientes de regressão linear multinível e erros padrão para intolerância social face a minorias étnicas, grupos estigmatizados e toxicodependentes na Europa

	Minorias étnicas		Grupos estigmatizados		Toxicodependentes	
	B	SE	B	SE	B	SE
Intercept (G00)	0,673***	0,028	0,963***	0,036	1,225***	0,040
Sexo (<i>effect coding</i> masculino)	0,040**	0,012	0,105***	0,013	-0,030**	0,011
Idade	0,001*	0,000	0,003***	0,000	0,000	0,000
Escolaridade	-0,012*	0,005	-0,026***	0,006	0,003	0,005
Religiosidade	-0,005	0,003	0,014***	0,004	0,006*	0,003
Pertença a grupos minoritários (<i>effect coding</i>)	-0,204***	0,049	-0,093	0,054	0,020	0,046
Classe social (<i>effect coding</i> proletariado)	0,024	0,022	0,029	0,024	-0,065**	0,020
Materialistas/pós-materialistas	-0,080***	0,010	-0,102***	0,011	-0,069***	0,009
Eixo esquerda/direita	0,021***	0,003	0,024***	0,003	0,018***	0,003
Discussões políticas	-0,004	0,010	-0,008	0,010	-0,003	0,009
Participação extraeleitoral	-0,016***	0,003	-0,013***	0,003	-0,008**	0,003
Patriotismo	0,027**	0,008	0,031**	0,009	0,010	0,008
Suporte à democracia	-0,054***	0,011	-0,049***	0,012	0,027**	0,010
Suporte ao multiculturalismo	-0,014***	0,002	-0,014***	0,002	-0,012**	0,002
Associativismo	0,013*	0,005	0,003	0,006	-0,006	0,005
Confiança interpessoal	-0,242***	0,021	-0,288***	0,023	-0,146***	0,020
Bem-estar subjetivo	-0,064***	0,011	-0,070***	0,012	-0,022*	0,010
Dogmatismo	0,029***	0,007	0,040***	0,008	0,009	0,007
Conformismo	0,032***	0,008	0,048***	0,008	0,046***	0,007
<i>Habitat</i>	0,003	0,002	-0,006*	0,003	0,016***	0,002
Suporte à democracia	-0,054***	0,011	-0,049***	0,012	0,027**	0,010
Modernização (IDH)	-0,007	0,006	-0,040***	0,008	-0,019*	0,009
Democratização (índice de liberdade)	-0,002	0,002	-0,077	0,104	0,002	0,003
Sentimento de ameaça (taxa de homicídios)	-0,004	0,015	0,019	0,019	0,054*	0,022
Democratização (longevidade da democracia)	-0,138	0,083	0,000	0,002	0,109	0,118
<i>Habitat</i> X taxa de homicídio	0,003**	0,001	0,003***	0,001	0,000	0,001
Suporte à democracia X longevidade da democracia	0,000	0,000	0,001**	0,001	0,000	0,000
Correlação intraclasse	0,081		0,213		0,131	
R ² (nível individual)	0,078		0,214		0,067	
R ² (nível contextual)	0,329		0,269		0,114	

Obs.: n nível individual = 22.221, n nível contextual = 35; *p < 0,05, **p < 0,01, ***p < 0,001.

Fonte: EVS 2008.

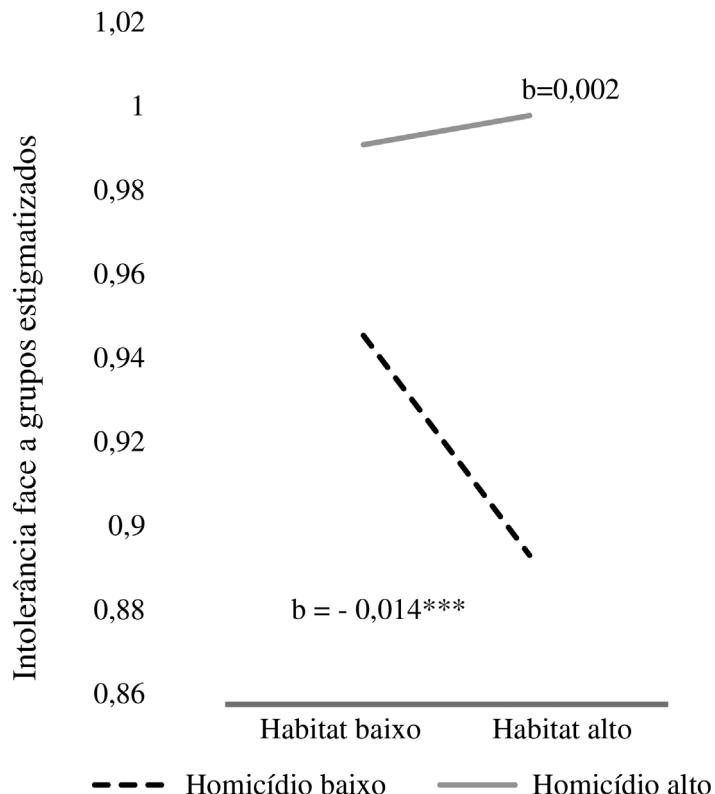
Os Gráficos 4 e 5 demonstram um efeito semelhante da taxa de homicídio na relação entre a dimensão do *habitat* de residência e a intolerância. A relação é positiva em contextos de elevada taxa de homicídio, e negativa nos contextos onde esta variável assume valores menores. Ou seja, em contextos com baixa ameaça, residir em *habitats* urbanos implica maior tolerância. Corroborando

Gráfico 4 - Habitat *versus* taxa de homicídio na intolerância em face de minorias étnicas

Fonte: EVS 2008.

teorias clássicas como a de Simmel (2009), que considera as cidades um contexto de indiferença, ou a de Wirth (1938) e Stouffer (1955) que advogam que nas cidades existe um maior contacto com a diversidade. Por outro lado, em contextos de elevado sentimento de ameaça, essa relação é inversa. A residência em zonas mais urbanizadas está associada a uma maior intolerância, provavelmente devido a uma maior insegurança sentida nas cidades (Ferreira 2001; Vaz 2001). Em termos empíricos, a relação da intolerância geral e da intolerância face minorias étnicas com a dimensão do *habitat* apenas é significativa na condição de taxa de homicídio elevada. Já a relação da dimensão do *habitat* com a intolerância em face de grupos estigmatizados apenas é significativa na condição de baixas taxas de homicídio.

Em segundo lugar apresenta-se a representação gráfica do efeito moderador da longevidade da democracia na relação entre o suporte à democracia e a intolerância (Gráfico 6), hipótese influenciada pelos resultados de Gibson (1998b) segundo o qual, na Rússia, a discrepança entre o suporte pela democracia e a tolerância era elevada. Relação justificada pelo processo de democratização recente, em que o sentimento de ameaça estaria mais presente (Gibson 1998a p.42) e em que o tempo necessário para a aprendizagem e interiorização de valores democráticos seria menor (Peffley & Rohrschneider 2003, p.245). A primeira constatação é que, independentemente da democracia ser ainda recente ou mais consolidada (democracia baixa e democracia alta no gráfico), a relação segue no sentido que, maior suporte à democracia implica decréscimos na intolerância. No entanto, essa relação é muito mais acentuada nas velhas democracias, apenas nessa condição a relação entre a concordância

Gráfico 5 - Habitat *versus* taxa de homicídio na intolerância a grupos estigmatizados

Fonte: EVS 2008.

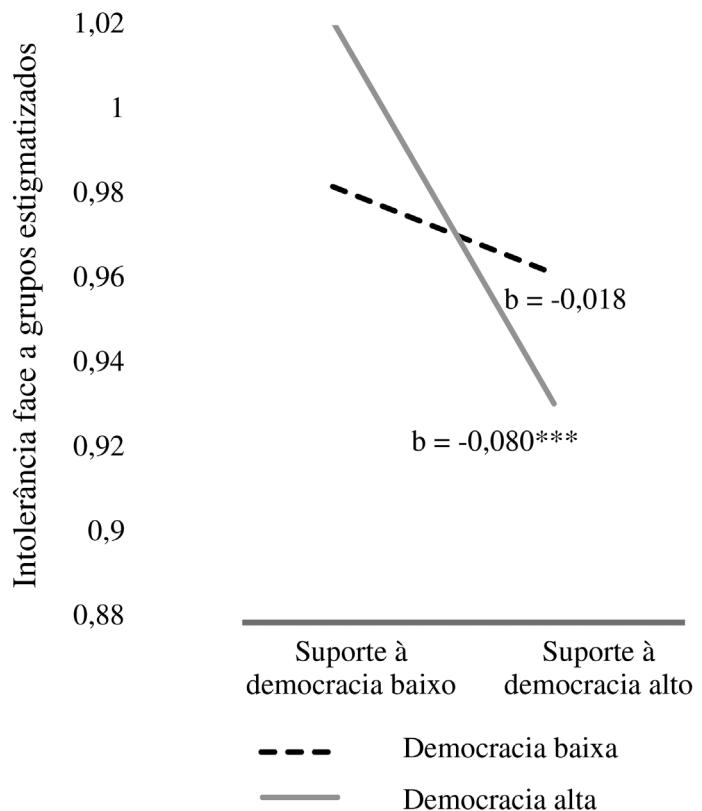
com princípios abstratos de democracia e atitudes mais concretas de tolerância se revela estatisticamente significativa.

VII. Conclusões

Foi objetivo desse artigo testar a existência de dois efeitos de moderação entre preditores para a intolerância social em face de três grupos-alvo. Em primeiro lugar o efeito do sentimento de ameaça na relação entre a dimensão do *habitat* e a intolerância e em segundo lugar o efeito da longevidade da democracia na relação entre o suporte à democracia e a intolerância. Essas hipóteses foram testadas em face de três grupos-alvo específicos: minorias étnicas, toxicodependentes e outros grupos estigmatizados. Esses grupos formam apurados com base numa série de técnicas exploratórias e confirmatórias. Esses efeitos de moderação foram obtidos controlando o efeito de diversos fatores já conhecidos da bibliografia.

Testou-se a hipótese da urbanização que propunha que residentes em zonas mais urbanizadas fossem mais tolerantes devido às cidades serem contextos mais heterogéneos (Stouffer 1955; Wilson 1985), quer devido a uma atitude *blasé* (Simmel 2009), ou a um modo de vida urbano (Wirth 1938). Essa hipótese apenas se verificou em face dos grupos estigmatizados, tendo sido obtidos resultados contrários aos esperados no da intolerância em face de toxicodependentes, o que leva a descartar a hipótese principal e reconsiderar a hipótese alternativa de que as cidades podem ser locais com elevada incidência de determinados tipos de crimes que implicam um maior sentimento de insegurança (Vaz 2001).

Gráfico 6 - Longevidade da democracia *versus* suporte à democracia na intolerância em face de grupos estigmatizados



Fonte: EVS 2008.

A hipótese do sentimento de ameaça em nível agregado partia do princípio que países onde existisse maior sentimento de ameaça seriam países com pessoas mais intolerantes, hipótese que apenas se verificou no modelo de intolerância em face de toxicodependentes.

O objetivo principal foi testar dois efeitos de interação *cross-level* na intolerância. A primeira interação, entre o sentimento de ameaça e a urbanização, permitiu perceber que, a residência em *habitats* mais urbanizados implica tolerância em contexto (países) com baixo sentimento de ameaça. Enquanto em contextos com elevado sentimento de ameaça, residir em *habitats* mais urbanizados implica maior intolerância. Intereração apenas não significativa no modelo da intolerância em face de toxicodependentes.

No caso do suporte à democracia, em que se esperava uma relação positiva, mas fraca com a tolerância, partindo do argumento de que existe alguma discrepância entre a concordância com princípios abstratos democráticos e a sua aplicação em situações mais concretas (Prothro & Grigg 1960) verificou-se em duas das três regressões (minorias étnicas e grupos estigmatizados), contudo, no caso da intolerância em face de toxicodependentes, mais suporte por princípios democráticos implicou mais intolerância em face de toxicodependentes.

A hipótese da democratização defendia que quanto mais consolidada a democracia de um país, menos intolerantes serão os seus habitantes, uma vez que existe uma maior interiorização de valores e normas democráticas (Peffley & Rohrschneider 2003). Para tal foi utilizado como indicador a longevidade da democracia. Nos modelos finais, esse preditor não se revelou significativo,

talvez devido à correlação já evidenciada entre a democratização e o desenvolvimento econômico (Lipset 1959; 1981), uma vez que o IDH contempla uma dimensão de desenvolvimento econômico pode ter neutralizado o efeito das variáveis de democratização.

A segunda interação testada foi entre o suporte e a longevidade da democracia, hipótese influenciada pelos resultados de Gibson (1998a; 1998b), que constatou que na Rússia a relação entre o suporte por normas abstratas democráticas e aplicações concretas como atitudes de tolerância foram baixas. A análise de interação permitiu perceber que a relação entre o suporte à democracia e a tolerância apenas é significativa nas velhas democracias. Nas novas democracias, embora a relação siga o mesmo sentido, é muito mais fraca e não significativa. Essa interação apenas se revelou significativa no modelo de intolerância diante grupos estigmatizados.

A exploração de efeitos de interação permite desocultar algumas hipóteses que são levantadas teoricamente e que a sua posterior validação empírica não se verifica. Como exemplo, no modelo de intolerância em face de minorias étnicas, nem a dimensão do *habitat*, nem a taxa de homicídio, *per si*, foram relevantes, mas quando foi testado o efeito de interação, seu efeito torna-se perceptível. No caso dos grupos estigmatizados, os dois preditores de nível contextual não foram significativos, mas em interação com os dois preditores de nível individual, foi possível perceber o seu efeito.

A exploração de efeitos de moderação poderá, em futuras pesquisas, ser testada em relação a preditores cujo efeito foi contrário ao esperado como a maior tolerância das classes populares em face de toxicodependentes; a relação positiva entre o suporte à democracia e a intolerância em face de toxicodependentes; e a relação positiva entre o associativismo e a intolerância em face de minorias étnicas.

Pedro Candeias (pedromecandeias@gmail.com) é Doutorando em Migrações no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (Portugal). Vínculo institucional: Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Referências

- Adamczyk, A. & Pitt, C., 2009. Shaping Attitudes about Homosexuality: The Role of Religion and Cultural Context. *Social Science Research*, 38(2), pp.338-351. DOI: 10.1016/j.ssresearch.2009.01.002
- Almeida, J.F.; Costa, A.F.D. & Machado, F.L., 1988. Famílias, estudantes e universidades – painéis de observação socio-gráfica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp.11-44.
- Bahry, D.; Boaz, C. & Gordon, S.B., 1997. Tolerance, Transition, and Support for Civil Liberties in Russia. *Comparative Political Studies*, 30(4), pp.484-510. DOI: 10.1177/0010414097030004004
- Baron, R.M. & Kenny, D.A., 1986. The Moderator-Mediator Variable Distinction in Social Psychological Research: Conceptual, Strategic, and Statistical Considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51(6), pp.1173-1182. DOI: 10.1037/0022-3514.51.6.1173
- Blumer, H., 1958. Race Prejudice as a Sense of Group Position. *The Pacific Sociological Review*, 1(1), pp. 3-7. DOI: 10.2307/1388607
- Bobo, L. & Licari, F., 1989. Education and Political Tolerance: Testing the Effects of Cognitive Sophistication and Target Group Affect. *Public Opinion Quarterly*, 53, pp.285-308. DOI: 10.1086/269154
- Bogardus, E.S., 1925. Measuring Social Distances. *Journal of Applied Sociology*, 9, pp.299-308.
- _____, 1926. Social Distance in the City. *Proceedings and Publications of the American Sociological Society*, 20, pp.40-46.
- Byrne, B.M., 2010. *Structural Equation Modeling with Amos Basic Concepts, Applications, and Programming*. New York: Routledge.
- Canetti-Nisim, D.; Halperin, E.; Sharvit, K. & Hobfoll, S.E., 2009. A New Stress-Based Model of Political Extremism: Personal Exposure to Terrorism, Psychological Distress, and Exclusionist Political Attitudes. *Journal of Conflict Resolution*, 53(3), pp.363-389. DOI: 10.1177/0022002709333296
- Cigler, A. & Joslyn, M.R., 2002. The Extensiveness of Group membership and Social Capital: The Impact on Political Tolerance Attitudes. *Political Research Quarterly*, 55(1), pp.7-25. DOI: 10.1177/106591290205500101

- Côté, R.R. & Erickson, B.H., 2009. Untangling the Roots of Tolerance: How Forms of Social Capital Shape Attitudes Toward Ethnic Minorities and Immigrants. *American Behavioral Scientist*, 52(12), pp.1664-1689. DOI: 10.1177/000276420931532
- Davis, D. & Silver, B.D., 2004. Civil Liberties vs. Security: Public Opinion in the Context of the Terrorist Attacks on America. *American Journal of Political Science*, 48(1), pp.28-46. DOI: 10.1111/j.0092-5853.2004.00054.x
- Davis, J.A., 1975. Communism, Conformity, Cohorts and Categories: American Tolerance in 1954 and 1972-73. *American Journal of Sociology*, 81(3), pp.491-513. DOI: 10.1086/226105
- Castro, A. et al. eds. 2005. *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais*: os ciganos vistos pelo outros. Lisboa: Acime.
- Duch, R.M. & Gibson, J.L., 1992. "Putting Up With" Fascists In Western Europe: A Comparative, Cross-Level Analysis Of Political Tolerance. *The Western Political Quarterly*, 45(1), pp.237-273. DOI: 10.2307/448773
- Duckitt, J. & Mphuthing, T., 1998. Group Identification and Intergroup Attitudes: A Longitudinal Analysis in South Africa. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(1), pp.80-85. DOI: 10.1037/0022-3514.74.1.80
- Faísca, L.M. & Jesuino, J.C., 2006. *Comunidades ciganas: representações sociais da comunidade cigana na sociedade portuguesa*. Lisboa: Acime.
- Feldman, S. & Stenner, K., 1997. Perceived Threat and Authoritarianism. *Political Psychology*, 18(4), pp.741-770. DOI: 10.1111/0162-895x.00077
- Ferreira, E.V., 2001. Criminalidade e insegurança urbana. In M. Pinheiro; L.V. Baptista & M.J. Vaz, eds. *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta.
- Freire, A., 2003. Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português numa perspectiva comparativa. In J. Vala; M.V. Cabral & A. Ramos, eds. *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Ics.
- _____, 2006. *Esquerda e direita na política europeia*: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada. Lisboa: Ics.
- Gibson, J.L., 1987. Homosexuals and the Ku Klux Klan: A Contextual Analysis of Political Tolerance. *The Western Political Quarterly*, 40(3), pp.427-448. DOI: 10.1177/106591298704000305
- _____, 1998a. Putting Up with Fellow Russians: An Analysis of Political Tolerance in the Fledgling Russian Democracy. *Political Research Quarterly*, 51(1), pp.37-68. DOI: 10.1177/106591299805100102
- _____, 1998b. A Sober Second Thought: An Experiment in Persuading Russians to Tolerate. *American Journal of Political Science*, 42(3), pp.819-850. DOI: 10.2307/2991731
- _____, 2006. Enigmas of Intolerance: Fifty Years After Stouffer's Communism, Conformity, and Civil Liberties. *Perspectives on Politics*, 4(1), pp.21-34. DOI: 10.1017/s153759270606004x
- Gibson, J.L. & Gouws, A., 2001. Making Tolerance Judgments: The Effects of Context, Local and National. *The Journal of Politics*, 63(4), pp.1067-1090. DOI: 10.1111/0022-3816.00101
- Golebiowska, E.A., 1999. Gender Gap in Political Tolerance. *Political Behavior*, 21(1), pp.43-66. DOI: 10.1023/A:1023396429500
- _____, 2009. Ethnic and Religious Tolerance in Poland. *East European Politics and Societies*, 23(3), pp.371-391. DOI: 10.1177/0888325409333191
- Guérin, D.; Petry, F. & Crête, J., 2004. Tolerance, Protest and Democratic Transition: Survey Evidence from 13 Post-Communist Countries. *European Journal Of Political Research*, 43(3), pp.371-395. DOI: 10.1111/j.1475-6765.2004.00158.x
- Hakansson, A.; Schlyter, F. & Berglund, M., 2011. Associations between Polysubstance Use and Psychiatric Problems in a Criminal Justice Population in Sweden. *Drug and Alcohol Dependence*, 118(1), pp.5-11. DOI: 10.1016/j.drugalcdep.2011.02.014
- Heinze, J.E. & Horn, S.S., 2009. Intergroup Contact And Beliefs About Homosexuality In Adolescence. *Journal of Youth Adolescence*, 38(7), pp.937-951. DOI: 10.1007/s10964-009-9408-x
- Hinckley, R.A., 2010. Personality and Political Tolerance: The Limits of Democratic Learning in Postcommunist Europe. *Comparative Political Studies*, 43(2), pp.188-207. DOI: 10.1177/0010414009349327
- Hooghe, M.; Claes, E.; Harell, A.; Quintelier, E. & Dejaeghere, Y., 2010. Anti-Gay Sentiment Among Adolescents In Belgium and Canada: A Comparative Investigation Into the Role of Gender and Religion. *Journal of Homosexuality*, 57(3), pp.384-400. DOI: 10.1080/00918360903543071
- Huddy, L. & Feldman, S., 2011. Americans Respond Politically To 9/11 - Understanding The Impact Of The Terrorist Attacks And Their Aftermath. *American Psychologist*, 66(6), pp.455-467. DOI: 10.1037/a0024894
- Hurwitz, J. & Mondak, J.J., 2002. Democratic Principles, Discrimination and Political Intolerance. *British Journal of Political Science*, 32(1), pp.93-118. DOI: 10.1017/s0007123402000042
- Inglehart, R., 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. & Welzel, C., 2010. Changing Mass Priorities: The Link Between Modernization and Democracy. *Perspectives on Politics*, 8(2), pp.551-567. DOI: 10.1017/s1537592710001258
- Jelen, T.G. & Wilcox, C., 1990. Denominational Preference and the Dimensions of Political Tolerance. *Sociological Analysis*, 51(1), pp.69-81. DOI: 10.2307/3711341
- Kunovich, R.M. & Hodson, R., 1999. Religious Identity, and Ethnic Intolerance in Croatia. *Social Forces*, 78(2), pp.643-668. DOI: 10.2307/3005570
- Lipset, S.M., 1959. Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, 53(1), pp.69-105. DOI: 10.2307/1951731
- _____, 1981. *Political Man*: The Social Bases of Politics. Baltimore: The John Hopkins University Press.

- Machado, F.L.; Costa, A.F.; Mauritti, R.; Martins, S.C.; Casanova, J.L. & Almeida, J.F., 2003. Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp.45-80. DOI: 10.4000/rccs.1140
- Marôco, J. 2010. *Análise estatística com o Pasw Statistics (Ex-Spss)*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Maslow, A.H., 1970. *Motivation and Personality*. 2^a Ed. New York: Harper & Row.
- Merino, S.M., 2010. Religious Diversity In A “Christian Nation”: The Effects of Theological Exclusivity and Interreligious Contact on the Acceptance of Religious Diversity. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 49(2), pp.231-246. DOI: 10.1111/j.1468-5906.2010.01506.x
- Mueller, J., 1988. Trends In Political Tolerance. *The Public Opinion Quarterly*, 52(1), pp.1-25. DOI: 10.1086/269079.
- Noll, J.V.D.; Poppe, E. & Verkuyten, M., 2010. Political Tolerance and Prejudice: Differential Reactions Toward Muslims in the Netherlands. *Basic and Applied Social Psychology*, 32(1), pp.46-56. DOI: 10.1080/01973530903540067
- Pattie, C.J. & Johnston, R.J., 2008. It's Good to Talk: Talk, Disagreement and Tolerance. *British Journal of Political Science*, 38, pp.677-698. DOI: 10.1017/s0007123408000331
- Peffley, M. & Rohrschneider, R., 2003. Democratization and Political Tolerance in Seventeen Countries: A Multi-Level Model of Democratic Learning. *Political Research Quarterly*, 56(3), pp.243-257. DOI: 10.2307/3219786
- Peral, E.B.; Ramos, A. & Pereira, C.R., 2011. The Predictors of Tolerance in Europe: A Multilevel Approach. In *The GEITONIES Conference: Generating Tolerance And Social Cohesion: Comparative Perspectives on Interethnic Coexistence in the City*. Lisboa.
- Persell, C.H.; Green, A. & Gurevich, L., 2001. Civil Society, Economic Distress, and Social Tolerance. *Sociological Forum*, 16(2), pp.203-230.
- Prothro, J.W. & Grigg, C.M., 1960. Fundamental Principles of Democracy: Bases of Agreement and Disagreement. *The Journal of Politics*, 22(2), pp.276-294. DOI: 10.2307/2127359
- Quillian, L., 1995. Prejudice as a Response to Perceived Group Threat: Population Composition and Anti-Immigrant and Racial Prejudice in Europe. *American Sociological Review*, 60(4), pp.586-611. DOI: 10.2307/2096296
- Roberts, N.S.; Walsh, p. & Sullivan, J., 1985. Political tolerance in new zealand. *Journal of Sociology*, 21(1), pp.82-99. DOI: 10.1177/144078338502100105
- Rokeach, M., 1960. *The Open and the Closed Mind*. New York: Basic Books.
- Schuman, H. & Presser, S., 1977. Question Wording as an Independent Variable in Survey Analysis. *Sociological Methods & Research*, 6(2), pp.151-170. DOI: 10.1177/004912417700600202
- Silva, F.C.D.; Guérin, A.R. & Guérin, M.B., 2008. Classe, cidade e poder: nova classe média, valores políticos e cidades globais. In M.V. Cabral, ed. *Cidade & cidadania*. Lisboa: Ics.
- Silva, P.A., 2000. Imigração, “Minorias Étnicas” e Comunidade Cigana. In J.L. Garcia, ed. *Portugal migrante*: emigrantes e imigrados, dois estudos introdutórios. Oeiras: Celta.
- Simmel, G., 2009. As grandes cidades e a vida do espírito. In _____. *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Texto & Gráfia.
- Smith, G.W.; Farrell, M.; Bunting, B.P.; Houston, J.E. & Shevlin, M., 2011. Patterns of Polydrug Use in Great Britain: Findings from a National Household Population Survey. *Drug and Alcohol Dependence*, 113(2-3), pp.222-228. DOI: 10.1016/j.drugalcdep.2010.08.010
- Sniderman, P.M., 1975. *Personality and Democratic Politics*. Berkeley: University of California Press.
- Sotelo, M.J., 1999. Gender Differences in Political Tolerance Among Adolescents. *Journal of Gender Studies*, 8(2), pp.211-217. DOI: 10.1080/095892399102715
- _____, 2000. Political Tolerance among adolescents towards homosexuals in Spain. *Journal Of Homosexuality*, 39(1), pp.95-105. DOI: 10.1300/j082v39n01_06
- Stouffer, S., 1955. *Communism, Conformity And Civil Liberties*. New York: Doubleday.
- Sullivan, J.L.; Marcus, G.E.; Feldman, S. & Piereson, J.E., 1981. The Sources of Political Tolerance: A Multivariate Analysis. *The American Political Science Review*, 75(1), pp.92-106. DOI: 10.2307/1962161
- Sullivan, J.L.; Piereson, J. & Marcus, G.E., 1982. *Political Tolerance and American Democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sullivan, J.L. & Transue, J.E., 1999. The Psychological Underpinnings of Democracy: A Selective Review of Research on Political Tolerance, Interpersonal Trust, and Social Capital. *Annual Review of Psychology*, 50, pp.625-650. DOI: 10.1146/annurev.psych.50.1.625
- Sullivan, J.L.; Walsh.; Shamir, M.; Barnum, D.G. & Gibson, J.L., 1993. Why Politicians Are More Tolerant: Selective Recruitment and Socialization among Political Elites in Britain, Israel, New Zealand and the United States. *British Journal Of Political Science*, 23(1), pp.51-76. DOI: 10.1017/s0007123400006566
- Svallfors, S., 2005. Class and Conformism: A Comparison of Four Western Countries. *European Societies*, 7(2), pp.255-286. DOI: 10.1080/14616690500083493
- Tönnies, F., 2004. Comunidade e sociedade. In M.B.D., Cruz, ed. *Teorias Sociológicas - os fundadores e os clássicos (antologia de textos)*. V. I. Lisboa: Gulbenkian.
- Vala, J. & Costa-Lopes, R., 2010. Youth Attitudes toward Difference and Diversity: A Cross-National Analysis. *Análise Social*, XLV(195), pp.255-275.
- Vala, J.; Lima, M. & Lopes, D., 2003. Valores sociais, preconceito e solidariedade relativamente a grupos racializados e imigrantes. In J. Vala; M.V. Cabral & A. Ramos, eds. *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal E Na Europa*. Lisboa: Ics.

- Vala, J.; Pereira, C.R.; Costa-Lopes, R. & Deschamps, J.C., 2010. Atitudes Face à imigração e identidade nacional. In: J.M.E. Sobral & J. Vala, eds. *Identidade nacional, inclusão e exclusão social*. Lisboa: Ics.
- Vaz, M.J., 2001. Introdução. In M. Pinheiro; L.V. Baptista & A. Westholm, eds. *Cidade e metrópole: Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta.
- Viegas, J.M.L., 2004. Tolerância e democracia: o caso português numa perspectiva comparativa Europeia. In J.M.L. Viegas; A.C. Pinto & S. Faria, eds. *Democracia: novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Celta.
- _____, 2007. Political and Social Tolerance. In J.V. Deth & J.R. Montero, eds. *Citizenship and Involvement in European Democracies*. London: Routledge.
- _____, 2010. Political Tolerance in Portugal and Spain: The Importance of Circumstantial Factors. *Portuguese Journal of Social Science*, 9(2), pp.93-107. DOI: 10.1386/pjss.9.2.93_1
- Weber, L., 2003. Rugged Individuals and Social Butterflies: The Consequences of Social and Individual Political Participation for Political Tolerance. *The Social Science Journal*, 40(2), pp.335-342. DOI: 10.1016/s0362-3319(03)00014-4
- West, S.G.; Aiken, L.S. & Krull, J.L., 1996. Experimental Personality Designs: Analyzing Categorical by Continuous Variable Interactions. *Journal of Personality*, 64(1), pp.1-48. DOI: 10.1111/j.1467-6494.1996.tb00813.x
- Wilcox, C. & Jelen, T., 1990. Evangelicals and Political Tolerance. *American Politics Research*, 18(1), pp.25-46. DOI: 10.1177/1532673x9001800102
- Wilson, T.C., 1985. Urbanism and Tolerance: A Test of some Hypotheses Drawn from Wirth and Stouffer. *American Sociological Review*, 50(1), pp.117-123. DOI: 10.2307/2095345
- Wirth, L., 1938. Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, 44(1), pp.1-24. DOI: 10.1086/217913
- Woods, J., 2010. The 9/11 Effect: Toward a Social Science of the Terrorist Threat. *The Social Science Journal*, 48(1), pp.213-233. DOI: 10.1016/j.soscij.2010.06.001
- Zellman, G.K. & Sears, D.O., 1971. Childhood Origins of Tolerance for Dissent. *Journal of Social Issues*, 27(2), pp.109-136. DOI: 10.1111/j.1540-4560.1971.tb00656.x

Outras fontes

- EMCDDA, 2009. *Polydrug Use: Patterns and Responses*. Luxemburg: EMCDDA.
- PNUD, 2010. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Paris: PNUD.

Abstract

This paper analyzes indicators of social intolerance in Europe. The aims are to test moderation effects between individual and contextual indicators in a multilevel regression model. The data consists in the results of the 2008 wave of the European Value Studies. The hypotheses were tested using HLM software. It was confirmed the existence of two moderating effects: between the feeling of threat and the dimension of the habitat; and between the longevity and the support for democracy. Although the theme of social tolerance has been widely studied, few works had study this phenomenon using multilevel analysis, and is still smaller number of studies that tested moderation effects. It is suggested the search for new effects of moderation on social intolerance predictor models.

KEYWORDS: social intolerance; multilevel regression models; ethnic minorities; social values; social attitudes.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC-BY-NC 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.